

Ciência, Conhecimento e Sociedade

Revista Crítica de Ciências Sociais
N.º 46
Outubro 1996

Este número da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, dedicado ao tema «Ciência, Conhecimento e Sociedade», é publicado num momento particularmente interessante do desenvolvimento desse movimento intelectual e científico que, integrando diferentes perspectivas — nem sempre compatíveis entre si — e sob uma diversidade de designações — Estudos Sociais da Ciência, Estudos de Ciência e Tecnologia, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Antropologia das Ciências e das Técnicas, Estudos Culturais da Ciência — procurou submeter esses fenómenos centrais da modernidade que são a ciência e a tecnologia ao olhar das ciências sociais. Há exactamente vinte anos, David Bloor, um sociólogo da Universidade de Edimburgo, publicava o livro que viria a tornar-se o manifesto de uma nova forma de constituir a própria ciência e a prática científica em objecto das ciências sociais. Pensando simultaneamente com e contra Robert Merton e Karl Mannheim — as duas referências «clássicas» da sociologia da ciência e da sociologia do conhecimento, respectivamente —, Bloor propunha que a abordagem institucional e «externalista» do primeiro e o tratamento assimétrico das diferentes formas de conhecimento proposto pelo segundo — que isentavam o próprio conheci-

mento científico e as actividades associadas à sua produção da possibilidade de explicação ou interpretação sociológicas — dessem lugar a um novo programa de investigação, que baptizou de «programa forte da sociologia do conhecimento» e que veio a dar origem ao primeiro ramo, um ramo particularmente dinâmico e polémico, dos estudos sociais e culturais da ciência, a sociologia do conhecimento científico. Ao longo de duas décadas, a inspiração inicial do «programa forte» desencadeou uma diversidade de correntes, orientações e programas de investigação inicialmente centrados em países como o Reino Unido, a França, a Alemanha e os Estados Unidos, mas que, hoje, se estende à Holanda, à Bélgica, aos países escandinavos, à Irlanda, aos países da Europa Meridional, Central e Oriental, ao Canadá e à Austrália, a Israel, ao Japão, à Índia e à América Latina. O alargamento do campo não foi apenas geográfico, mas também disciplinar — abrangendo a Sociologia e a Antropologia, os Estudos Literários e Culturais, a História e a Filosofia, a Economia, a Psicologia ou a Ciência Política —; temático — do estudo das controvérsias científicas à investigação do trabalho de laboratório, das relações entre a ciência e a política ao discurso, textos e representações da ciência, dos usos da ciência em controvérsias públicas às relações entre conhecimento científico e formas «leigas» de conhecimento, dos nexos entre o local e o global na produção e nos usos sociais da ciência e tecnologia às relações entre a ciência e a diferença sexual, da biotecnologia à cibercultura, entre outros —; e epistemológico e teórico — com um alargamento dos debates sobre racionalismo e relativismo, positivismo e fenomenologia ou realismo e construtivismo, e a emergência de uma crítica feminista, pós-estruturalista e pós-colonial da ciência e da tecnologia. Finalmente, é de assinalar o protagonismo dos próprios cientistas activos em diferentes domínios da investigação nos debates em curso sobre as transformações da ciência e do conhecimento na sua relação com a mudança social.

Em Portugal, a reflexão sobre as dimensões sociais, culturais e institucionais da ciência e sobre a política científica conheceu, recentemente, alguns impulsos significativos, coincidindo com importantes transformações em

curso no sistema nacional de ciência e tecnologia, na internacionalização da ciência e na definição e execução de uma política para a ciência e tecnologia, bem ilustradas através da recente realização de vários colóquios sobre o tema, da publicação de várias obras colectivas e de iniciativas como a do ciclo de conferências «A Ciência Tal Qual Se Faz», da iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia. O presente número procura contribuir para o alargamento e aprofundamento de um debate que tem envolvido protagonistas ligados aos mundos da ciência e da tecnologia e da educação, responsáveis pela política científica e tecnológica e cientistas sociais, e que, pela sua atenção à situação específica de Portugal no contexto transnacional e global da actividade científica e tecnológica, tem conseguido evitar transformar-se numa mera recapitulação de outros debates e confrontações. Dar a conhecer algumas das orientações de pesquisa que marcam o trabalho recente no domínio dos estudos sociais e culturais da ciência, do conhecimento e da tecnologia, bem como disponibilizar um instrumento de trabalho que, com todas as suas limitações, permita aos que se interessam por esta área familiarizar-se com o essencial do que nela tem sido produzido, é o nosso modo de contribuir para o debate.

Assim, este número inclui um conjunto de contribuições que, para além da diversidade de abordagens e orientações, procuram tratar a ciência e o conhecimento a partir de três aspectos fundamentais: os problemas associados à *escala* em que a ciência e o conhecimento são construídos, representados e socialmente apropriados; a *heterogeneidade* dos processos e elementos envolvidos na produção e apropriação social da ciência e do conhecimento; e, finalmente, os *fenómenos de fronteira* e *processos de articulação* envolvendo a ciência, a tecnologia e o conhecimento. As implicações da escala como dimensão central da actividade científica e da política científica são exploradas, em particular, nos artigos de João Arriscado Nunes e de Maria Eduarda Gonçalves, o primeiro incidindo sobre as relações entre as representações dos objectos científicos, a organização do trabalho de investigação e o nexos local/global na ciência, o segundo, sobre a política científica como lugar de articulação do nacional e do transnacional e dos mundos da ciência com os mun-

dos da política e da administração. Os textos de Susan Leigh Star e de Jean Lave examinam a multiplicidade de pertenças sociais e a heterogeneidade que são constitutivas da ciência, da tecnologia e das suas extensões para além dos mundos da ciência, discutindo as relações entre os saberes «científicos» e «não-científicos» e a sua constituição mútua, a partir da análise dos modos situados de produção e uso do conhecimento. Os artigos de João Arriscado Nunes e de Francisco Louçã focam os próprios mundos da ciência e as condições e modalidades da produção do conhecimento, com uma especial atenção à maneira como orientações disciplinares ou de especialidade procuram lidar com a tensão entre os constrangimentos decorrentes da necessidade de trabalhar dentro dos paradigmas dominantes e, simultaneamente, de pensar a relação entre esse trabalho e a emergência de novos paradigmas. As articulações transdisciplinares representam, tanto no caso da investigação sobre o cancro como no da economia, um recurso indispensável para pensar essa tensão, ainda que conduzindo a estratégias diferentes: no caso da investigação sobre o cancro, a coexistência de um «reducionismo heurístico» no plano do trabalho empírico e de uma reflexão contextual e processual que a linguagem da cartografia permite elucidar; no caso da economia, o repensar de temas como a irreversibilidade e a complexidade, através de uma conexão explícita com as «novas ciências». O artigo de Fátima Antunes, não incidindo directamente sobre a ciência, aborda um tema que com esta mantém um vínculo estreito: o das concepções alternativas da educação e das políticas educacionais em Portugal, contexto privilegiado da definição da hierarquia dos modos de conhecimento e da sua relação com concepções da organização social e da ordem política.

Finalmente, este número inclui uma bibliografia seleccionada e comentada sobre os estudos sociais e culturais da ciência que procura traçar um mapa, ainda que imperfeito e provisório, das problemáticas da investigação e do debate para a próxima década e que esperamos possa vir a constituir um instrumento de trabalho útil para os que se interessam por este campo.